

CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E MARXISMO

Jucelino Mendes da Silva*

Com a ascensão das políticas neoliberais, a Teoria Marxista, aparentemente, sai de cena. Porém, se olharmos para as relações sociais no capitalismo, perceberemos que a dualidade está incrustada nas coisas e nas pessoas.

A queda dos sistemas socialistas no Leste Europeu colocou à mostra as deficiências de um sistema que, segundo estudiosos, não passava de uma nova face dada ao capitalismo. Sob este aspecto, não poderíamos sequer dizer que houve uma experiência socialista. O sistema experimentado pelos russos estava representado por uma classe de privilegiados que compunham o Partido Comunista Soviético e que comandava o país. Houve, portanto, apenas uma alteração na correlação de forças naquele país. Antes da Revolução, a burguesia detinha o comando; após, o poder passa às mãos dos bolcheviques, continuando a existir uma sociedade de classes. A crise política, econômica e social assinalada pela reunificação da Alemanha e outros incidentes históricos marcaram a reintegração dos países comunistas à economia de mercado, com uma conseqüente abertura aos fluxos de capitais e sujeição às crises sistêmicas do capitalismo.

O estado, na grande maioria dos países, tem recuado em suas intervenções na economia, a não ser nos períodos de crise em que se tem recorrido a políticas de orientação keynesiana. Por um lado, isto pode ser visto como uma retomada das idéias preconizadas pelos economistas clássicos e, por outro, como um simples efeito da dinâmica centro-periferia, uma vez que os países centrais implementaram reformas "liberalizantes", baseadas, sobretudo, na restrição dos benefícios sociais auferidos com a implantação do Welfare State; e passaram a exigir dos países periféricos a adoção de políticas semelhantes, como um meio de resolver o problema crônico do desemprego, então com altas taxas na Europa no pós-guerra. A abertura dos países periféricos aos fluxos externos tem possibilitado a importação de desem-

prego, a desnacionalização do parque industrial, bem como um desestímulo ao crescimento e diversificação da indústria nacional.

Até a década de 70, os países centrais encontravam-se parcialmente desarticulados e permitiram aos países da periferia maior liberdade para o planejamento de políticas de desenvolvimento, onde o Brasil, o México e a Argentina, conseguiram, graças ao advento da CEPAL, imprimir um processo de crescimento econômico considerável. Entretanto, a rearticulação dos países do centro e a retomada do imperialismo submete a periferia à velha dinâmica do capitalismo. Tal fenômeno é constatado pelo processo de privatização principalmente na América Latina.

"Basta olhar as múltiplas realidades que coexistem aglomeradas, onde quase todos tentam se enquadrar em moldes estabelecidos pelo sistema e acabam parecendo verdadeiros soldados, uniformizados, com sua própria bandeira em punho..."

O avanço econômico da periferia no pós-guerra decorreu da desmistificação da Teoria das Vantagens Comparativas, que fundamentou a Divisão Internacional do Trabalho. Apesar dos avanços, houve a formação de seguimentos sociais ligados a atividades com alto nível de produtividade e direcionadas ao mercado externo, o que lhes possibilitou manter um elevado padrão de vida, contrastando com o resto da sociedade. A continuidade do modelo tem produzido reflexos sociais negativos. A marginalização tem criado verdadeiros exércitos de indigentes que imprimem o terror nas cidades brasileiras.

Diante dessa evolução histórica, em nível nacional, é impossível deixar de assinalar a passagem da sociedade brasileira voltada para a gropecuária, conservadora e não

consumista para uma sociedade urbano-industrial, voltada para a indústria e o comércio e com princípios liberais. Vejo, neste ponto, o início da sociedade de consumo no Brasil, fato que, dentro do contexto capitalista, representa uma grande evolução, mas que, ao ser melhor analisado sob os aspectos moral e ético, gera questionamentos. É justificável tentar convencer as pessoas a consumir bens e serviços pelo simples fato de que está sendo gerada renda para alguém, mesmo que isso signifique o desrespeito à dignidade humana e, até mesmo, à coisificação das pessoas?

Numa sociedade de consumo a ordem é: consumir! consumir! E, se não consumimos, boomm!!! ... Era uma vez um sistema que estava teoricamente em equilíbrio e onde o Estado pouco deveria intervir. O marketing tem que criar novas necessidades e o mercado tem que procurar incorporar aqueles que ainda estão à margem do sistema. Lembremos alguns "ARTISTAS" que emergiram recentemente e, não sei como, conseguem encontrar "CONSUMIDORES" para seus produtos de excelente qualidade. Certamente que é obra do marketing.

A dicotomia essencial do capitalismo está em cada esquina, em cada rosto. Basta olhar as múltiplas realidades que coexistem aglomeradas, onde quase todos tentam se enquadrar em moldes estabelecidos pelo sistema e acabam parecendo verdadeiros soldados, uniformizados, com sua própria bandeira em punho e prontos para imprimir uma escalada, não rumo à dignidade, à cidadania mas à capacidade de consumir cada vez mais e melhor.

Há uma crise teórica do marxismo?

Talvez este seja o pensamento dos neoliberais. Na minha concepção, acredito que Marx não seja teoria, Marx é a própria realidade humana universal e esta, certamente, não se extingue.

Lembremos agora da mercadoria, célula básica do sistema, o pecado original, que se multiplica e se incorpora em tudo e em todos.

Associei-a ao caso, noticiado há algum tempo por um jornal, sobre uma prostituta holandesa que realizou uma cirurgia nos seios para implante de próteses de silicone e, em seguida, pediu judicialmente o direito de deduzir o valor pago pela cirurgia na apuração do imposto de renda, sob a alegação de que havia realizado um melhoramento em seu próprio empreendimento. Analisando este fato à luz da teoria marxista, sabemos que o dono dos meios de produção vende mercadorias cuja propriedade também lhe pertence. O trabalhador, desprovido dos meios de produção, possui somente a sua força-de-trabalho como mercadoria a ser ofertada ao mercado. Bem, com a evolução do capitalismo e o avanço tecnológico, o conhecimento tornou-se indispensável para o operários que quisessem continuar incorporados ao mercado.

Aqueles que não acompanharam a evolução tecnológica viram a sua mercadoria força-de-trabalho perder o valor-de-uso, porque incapaz de transferir e criar valor. Diante disso cria-se o dilema: que mercadoria esse trabalhador irá oferecer? Ora, só resta o próprio corpo. E eis a substituição, a prosmicuidade, o ser humano idiotizado pelo capital. Não quero, com isso dizer que não existam outras explicações para tais comportamentos, ligados a sociologia e a própria psicologia.

O capitalismo em seu nascedouro apresentava a promoção do bem-estar como uma de suas premissas básicas, e, ainda hoje, o defende. Entretanto, é patente que esse bem-estar não pode ser renegado àqueles que verdadeiramente fazem o sistema. O papel do Estado deve, já foi, e ainda está sendo discutido, como instrumento na implementação de mudanças estruturais, no sentido de colocar todos e, não somente alguns, como objeto fundamental de sua ação ●

*Jucelino Mendes da Silva é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI

COMPLEXAS RELAÇÕES...

Marcelo Ricarte *

Fazendo um breve retrospecto na história econômica brasileira, começando pela década de 70, onde o Brasil ainda vivia sob os efeitos do então chamado "milagre econômico", percebemos que este foi um período em que os assuntos econômicos começaram a ganhar destaque no nosso país, deixando-os de serem encontrados apenas em poucas publicações especializadas ou em reduzidas colunas de jornais e revistas de maior circulação para ganhar espaços cada vez maiores, não apenas na imprensa escrita, mas também no rádio e na televisão.

Chegamos à década de 80 e, com ela, a substituição da euforia pela angústia e apreensão. O crescimento acelerado da economia brasileira cedeu lugar a um quadro muito mais sombrio, em que se combinavam a estagnação econômica prolongada, a inflação crônica e o desequilíbrio das contas externas. A moeda nacional, que mudou de nome várias vezes em poucos anos, não parava de se desvalorizar e os salários, corroídos pela inflação, perdiam o seu poder de compra rapidamente. Até por questão de sobrevivência, todos passavam a tentar se informar minimamente sobre economia e expressões até então de domínio restrito passaram a ser conhecidas de milhões de brasileiros, interessados em saber como defender seu patrimônio dos estragos provocados pela inflação.

Este foi o tema em torno do qual se dirigiram as atenções não somente dos cidadãos comuns, mas também dos empresários, dos jornalistas e dos profissionais de economia, todos estes afetados, de uma forma ou de outra, pela conjuntura adversa.

Multiplicaram-se os índices de preços divulgados à população brasileira. E os noticiários limitava-se a uma série de tentativas de explicação do que estava acontecendo. O horizonte tornava-se cada vez mais curto e quase já não se praticava planejamento de longo prazo. O ambiente econômico sofreu poucas e insignificantes modificações até meados da década de 90, a não ser pelos sobressaltos provocados por uma série de planos de estabilização mal sucedidos.

A partir da segunda metade da década de 90, com a economia estabilizada, as discrepâncias entre os diferentes índices de preços deixam de ser expressivas e, com isso, as prioridades passaram a ser o nível de produção da economia, a produtividade empresarial, as alterações na balança comercial, a questão do emprego e outros temas dessa natureza.

Tais fatos exigem maior capacidade de análise dos economistas, uma vez que agora não basta saber apenas dar explicações sobre índices de preços ou apontar o vilão do mês responsável pelo aumento da inflação. É preciso, cada vez mais, entender as complexas relações entre a macro e a microeconomia. E isto não pode deixar de ser percebido também por aqueles que se encontram hoje matriculados nos cursos de economia ●

* Marcelo Ricarte é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI